

Gestão Pública, sediada na Avenida Duque de Caxias nº 635, 2º andar, Jardim Mazzei II, Londrina-Pr, onde também se encontra o aludido processo licitatório franqueado para vista OU sendo que, o processo administrativo encontra-se disponível para vista via sistema SEI, Processo nº 19.008.002727/2018-17.

Londrina, 18 de abril de 2018. Fábio Cavazotti e Silva - Secretário de Gestão Pública

ACESF - ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE LONDRINA

RELATÓRIO

BALANÇO PATRIMONIAL BALANÇO ANUAL

ANEXO 14

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		6.569.977,63	5.398.668,61
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		3.727.881,46	2.229.037,28
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		3.727.881,46	2.229.037,28
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		1.695.465,82	1.197.622,32
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER		348.060,92	25.851,45
CLIENTES		1.347.404,90	1.171.770,87
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		0,04	0,04
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		0,04	0,04
ESTOQUES		1.146.630,31	1.972.008,97
MERCADORIAS PARA REVENDA		1.146.630,31	1.972.008,97
PRODUTOS E SERVIÇOS ACABADOS		0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		8.468.964,80	8.375.019,33
IMOBILIZADO		8.457.264,80	8.363.319,33
BENS MÓVEIS		1.537.473,05	1.534.749,75
BENS IMÓVEIS		7.027.172,55	6.828.569,58
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		(107.380,80)	0,00
INTANGÍVEL		11.700,00	11.700,00
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS		11.700,00	11.700,00
TOTAL		15.038.942,43	13.773.687,94

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE		14.839,79	134.866,87
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		0,00	0,00
PESSOAL A PAGAR		0,00	0,00
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR		0,00	0,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		5.983,06	134.614,44
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		5.983,06	134.614,44
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		8.856,73	252,43
VALORES RESTITUÍVEIS		242,08	252,43
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		8.614,65	0,00
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		518.723,22	504.156,24
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO		518.723,22	0,00
PESSOAL A PAGAR		518.723,22	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	504.156,24
OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	504.156,24
TOTAL DO PASSIVO		533.563,01	639.023,11

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RESULTADOS ACUMULADOS	14.505.379,42	13.134.664,83
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.361.544,52	1.514.134,41
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	13.143.834,90	12.511.779,69

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	(891.249,27)
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS	0,00	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.505.379,42	13.134.664,83
TOTAL	15.038.942,43	13.773.687,94

ATIVO FINANCEIRO	3.727.881,46	2.229.037,28	PASSIVO FINANCEIRO*	601.354,53	515.955,20
ATIVO PERMANENTE	11.311.060,97	11.544.650,66	PASSIVO PERMANENTE	518.723,22	504.156,24
SALDO PATRIMONIAL				13.918.864,68	12.753.576,50

*Passivo Financeiro: Inclui Restos a Pagar Não Processados

Saldo dos Atos Potenciais Ativos		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS A EXECUTAR	0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES A RECEBER	0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS A EXECUTAR	0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS A EXECUTAR	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00

Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS A EXECUTAR	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES A LIBERAR	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS A EXECUTAR	12.079.949,29	11.244.087,97
OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS A EXECUTAR	0,00	0,00
TOTAL	12.079.949,29	11.244.087,97

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

FONTES DE RECURSOS		Exercício Atual	Exercício Anterior
1	Recursos do Tesouro (Descentralizados)	16.339,83	15.599,06
69	Receitas Intraorçamentárias P869/05STN	91.463,28	76.056,17
80	Recursos Próprios - Administração Indireta	1.546.930,18	791.997,15
94	Retenções em Caráter Consignatório	0,00	0,00
501	Receitas de Alienações de Ativos	7.649,58	7.310,87
511	Taxas - Prestação de Serviços	1.464.144,06	822.118,83
TOTAL		3.126.526,93	1.713.082,08

Londrina, 31 de dezembro de 2017. Douglas Carvalho Pereira - Superintendente, Walmir Maireno Andreatto - Contador CRC PR 022.560/O-8, João Carlos Barbosa Perez - Controlador-Geral do Município.

BALANÇO FINANCEIRO

ANEXO 13

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orcamentária (I)	10.383.838,22	10.427.409,69	Despesa Orcamentária (VI)	9.034.481,71	10.350.350,50
Ordinária	10.383.499,51	10.426.842,86	Ordinária	9.034.481,71	10.350.350,50
Vinculada	338,71	566,83	Vinculada	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Transferências Voluntárias	0,00	0,00	Transferências Voluntárias	0,00	0,00
Alienação de Bens	338,71	566,83	Alienação de Bens	0,00	0,00
Operação de Crédito	0,00	0,00	Operação de Crédito	0,00	0,00
Contrato de Rateio-Cons Públic	0,00	0,00	Contrato de Rateio-Cons Públic	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00	Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00
Transferências de Programas	0,00	0,00	Transferências de Programas	0,00	0,00
Valores Restituíveis	0,00	0,00	Valores Restituíveis	0,00	0,00
Outras Origens	0,00	0,00	Outras Origens	0,00	0,00
COSIP	0,00	0,00	COSIP	0,00	0,00
FUNREBOM	0,00	0,00	FUNREBOM	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	1.682.067,14	1.673.207,65	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)			Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	1.532.579,47	1.997.699,92
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)			Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.229.037,28	2.476.470,36	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.727.881,46	2.229.037,28
Realizável	2.229.037,28	2.476.470,36	Realizável	3.727.881,46	2.229.037,28
	0,00	0,00		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	14.294.942,64	14.577.087,70	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	14.294.942,64	14.577.087,70

Londrina, 31 de dezembro de 2017. Douglas Carvalho Pereira - Superintendente, Walmir Maireno Andreatto - Contador CRC PR 022.560/O-8, João Carlos Barbosa Perez - Controlador-Geral do Município.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ANEXO 12

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – ANEXO 12 – LEI 4.320/64 ELABORADO EM 31/12/2017 – EXERCÍCIO DE 2017 VALORES EM REAIS (R\$)

<u>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
RECEITAS CORRENTES	10.719.000,00	10.719.000,00	10.184.171,63	(534.828,37)
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.784.000,00	1.784.000,00	2.026.624,62	242.624,62
IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TAXAS	1.784.000,00	1.784.000,00	2.026.624,62	242.624,62
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	147.000,00	147.000,00	141.628,43	(5.371,57)
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	147.000,00	147.000,00	141.628,43	(5.371,57)
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DECORRENTE DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE BENS PÚBLICOS EM ÁREAS DE DOM PÚB	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONTRUÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS INDUSTRIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	8.724.000,00	8.724.000,00	7.895.411,80	(828.588,20)
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	64.000,00	64.000,00	120.256,56	56.506,78
MULTAS JUROS DE MORA	11.000,00	11.000,00	120.256,56	91.256,56
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	24.000,00	24.000,00	0,00	(24.000,00)
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DECORRENTES DE APORTES PERIÓDICOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DÉFICIT ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DIVERSAS	29.000,00	29.000,00	18.250,22	(10.749,78)
(-) DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	3.000,00	3.000,00	0,00	(3.000,00)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	3.000,00	3.000,00	0,00	(3.000,00)
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	3.000,00	3.000,00	0,00	(3.000,00)
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA PROVENIENTE DE AMORT DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AUFERIDA POR DETENTORES DE TÍTULOS DO TESOURO NACIONAL RESGATADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTARIAS	300.000,00	300.000,00	199.666,59	(100.333,41)
RECEITA TRIBUTARIA	0,00	0,00	0,00	0,00
TAXAS	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	0,00	0,00	0,00	0,00
COSIP - COBRANÇA NA FATURA DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS IMOBILIARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS REC PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIV	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDUSTRIA DE CONSTRUÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS INDUSTRIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	300.000,00	300.000,00	199.666,59	(100.333,41)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE APORTES PERIÓDICOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CREDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CREDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMOVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	c=(e-f) 0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	11.022.000,00	11.922.862,54	9.034.481,71	8.464.678,21	8.458.695,15	2.888.380,83
SUPERÁVIT (IX)	0,00	0,00	1.349.356,51	1.919.160,01	1.925.143,07	(1.349.356,51)
TOTAL (X) = (VIII + IX)	11.022.000,00	11.922.862,54	10.383.838,22	10.383.838,22	10.383.838,22	1.539.024,32
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

<u>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</u>	INCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	3.342,18	232.167,48	164.340,33	155.725,68	54.458,09	16.711,24
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.342,18	232.167,48	164.340,33	155.725,68	54.458,09	16.711,24
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	145.578,67	145.578,67	145.578,67	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	131.352,81	131.352,81	131.352,81	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	14.225,86	14.225,86	14.225,86	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.342,18	377.746,15	309.919,00	301.304,35	54.458,09	16.711,24

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

<u>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS ENÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS</u>	INCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (f)=(a+b-c)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	8.903,62	57.267,94	57.001,49	9.170,07	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.903,62	57.267,94	57.001,49	9.170,07	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	460,18	67.982,70	67.982,70	460,18	0,00
INVESTIMENTOS	460,18	0,00	0,00	460,18	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	67.982,70	67.982,70	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	9.363,80	125.250,64	124.984,19	9.630,25	0,00

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

ANEXO 15

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		11.400.404,94	11.720.032,01
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA			
IMPOSTOS		0,00	0,00
TAXAS		2.348.834,09	1.837.212,28
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES			
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS		0,00	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS			
VENDA DE MERCADORIAS		0,00	0,00
VENDA DE PRODUTOS		0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		8.288.962,64	9.525.848,94
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS			
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA		102.256,56	44.269,60
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		141.628,43	217.701,19
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS			
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		0,00	95.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		0,00	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS			
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO		0,00	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR		0,00	0,00
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES		0,00	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS		0,00	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		518.723,22	0,00

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		10.038.860,42	10.205.897,60
PESSOAL E ENCARGOS			
REMUNERAÇÃO A PESSOAL		3.741.934,02	3.595.328,66
ENCARGOS PATRONAIS		855.833,18	983.405,66
BENEFÍCIOS A PESSOAL		433.656,65	446.333,41
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		818.901,42	989.568,33
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS			
APOSENTADORIAS E REFORMAS		0,00	0,00
PENSÕES		0,00	0,00
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA		0,00	0,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS		0,00	0,00
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA		0,00	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		0,00	0,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO			
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		1.836.901,78	2.604.134,23
SERVIÇOS		656.170,61	936.271,94

DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	107.380,80	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTÍDOS		
JUROS E ENCARGOS DE MORA	3.225,96	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	835.050,88	10.905,80
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
REAVLIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	0,00	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO	0,00	33.558,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	0,00	4.230,25
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
TRIBUTÁRIAS		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.686,60	0,00
CONTRIBUIÇÕES	210.828,32	98.005,08
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS-CMV	0,00	0,00
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS- CPV	0,00	0,00
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS - CSP	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
PREMIAÇÕES	0,00	0,00
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	0,00	0,00
INCENTIVOS	0,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	0,00	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	533.290,20	504.156,24
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	1.361.544,52	1.514.134,41

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (Decorrentes da execução orçamentária)			
		0,00	0,00
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO		1.168.838,71	2.835.720,10
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO		0,00	0,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVO		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO		0,00	0,00

Londrina, 31 de dezembro de 2017. Douglas Carvalho Pereira - Superintendente, Walmir Maireno Andreatto - Contador CRC PR 022.560/O-8, João Carlos Barbosa Perez - Controlador-Geral do Município.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 2017

DESCRIÇÃO	Exercício atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS	11.490.118,80	11.597.620,55
RECEITAS DERIVADAS	2.026.624,62	1.811.360,83
Receita Tributária	2.026.624,62	1.811.360,83
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas	0,00	0,00
RECEITAS ORIGINÁRIAS	8.357.213,60	8.616.048,86
Receita Patrimonial	141.628,43	217.701,19
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	8.095.078,39	8.323.735,37
Outras Receitas Originárias	120.506,78	74.612,30
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	1.106.280,58	1.170.210,86
Intergovernamentais	0,00	0,00
Da União	0,00	0,00
De Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
De Municípios	0,00	0,00

Intragovernamentais	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários	1.106.280,58	1.170.210,86
DESEMBOLSOS	8.956.239,66	10.692.464,09
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	5.441.215,52	6.014.636,06
ADMINISTRAÇÃO	5.441.215,52	6.014.636,06
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	3.515.024,14	4.677.828,03
Intergovernamentais	0,00	0,00
Da União	0,00	0,00
De Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
De Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	2.408.733,21	3.507.458,12
Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários	1.106.290,93	1.170.369,91
Outros Desembolsos	0,00	0,00
Perdas de Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2.533.879,14	905.156,46
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	1.035.034,96	1.152.589,54
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.035.034,96	1.152.589,54
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.035.034,96)	(1.152.589,54)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	1.498.844,18	(247.433,08)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	2.229.037,28	2.476.470,36
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.727.881,46	2.229.037,28

Londrina, 31 de dezembro de 2017. Douglas Carvalho Pereira - Superintendente, Walmir Maireno Andreatto - Contador CRC PR 022.560/O-8, João Carlos Barbosa Perez - Controlador-Geral do Município.

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL

1. Contexto Operacional

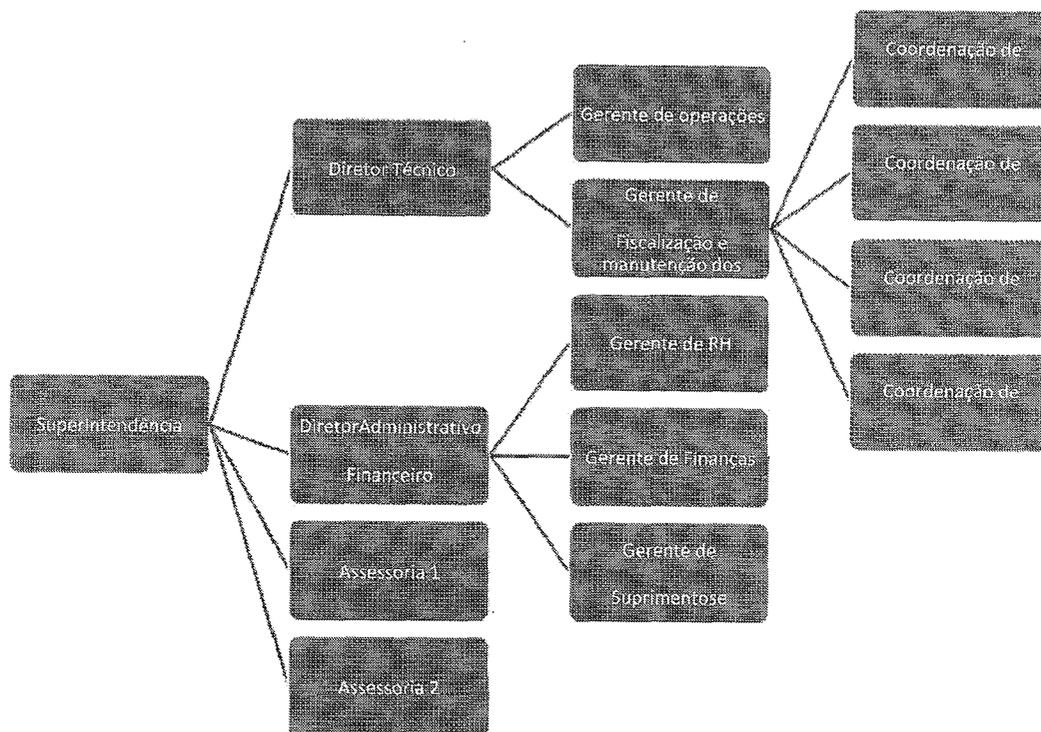
A Lei Complementar n.º 101/00, Lei 10.180/01 e os Decretos 6.976/09 e 7.482/11, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda (MF) a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, o que estabelece a Portaria Conjunta nº 002/12 e Portaria n.º 437/12, padronizam os procedimentos contábeis orçamentários nos três níveis de governo, instituindo as demonstrações contábeis padronizadas e consolidação de dados, estabelecendo regras de procedimentos, destacando aquelas mais relevantes de forma a proporcionar maior transparência sobre as contas públicas.

2. Relação das Atividades Controladas pela Autarquia

A "ACESF – Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários" foi criada pela LEI MUNICIPAL Nº 2.837, DE 01/12/1977, sob a forma de autarquia, com personalidade jurídica, patrimônio próprio e autonomia financeira, com sede e foro na Cidade de Londrina. As principais atividades e finalidades da autarquia são a administração e coordenação dos serviços funerários no município, podendo realizá-las diretamente ou sob regime de concessão, mediante licitação.

3. Relação das Atividades Consolidadas nas Demonstrações Contábeis do Exercício, conforme a Lei Orçamentária Anual

Organograma da Administração de Cemitérios e Serviços Funerários de Londrina



4. Base de Preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, que estatui normas, gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, encerradas em 31 de dezembro de 2017, comparadas com o exercício anterior, elaboradas de acordo com os novos Princípios Contábeis, Normas Brasileiras de Contabilidade e demais disposições do Conselho Federal de Contabilidade, em especial a Resolução CFC n.º 1.437/13 de 14/04/2013, que Aprova a NBC T 16.6.

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público foi padronizado dentro do âmbito nacional, adequando-o aos dispositivos legais vigentes e aos padrões internacionais de contabilidade para o setor público, assim como as Demonstrações Contábeis, os procedimentos contábeis patrimoniais específicos, a serem adotados pelos entes públicos, de forma obrigatória, a partir de 2013, conforme estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Os atos e fatos foram registrados dentro do regime de competência, das despesas legalmente empenhadas e as receitas pertencentes ao exercício financeiro. As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais.

Para efeito de comparabilidade, as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2017, estão sendo ladeadas pelas demonstrações de 31 de dezembro de 2016.

As demonstrações financeiras constantes neste Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 6ª. edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 700, de 10 de dezembro de 2014, que observa os dispositivos legais que regem o assunto, como a Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, Lei Complementar Federal nº. 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP 16).

O Município de Londrina e a ACESF, inseridos neste contexto, vem implementando uma série de ações relacionadas à convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Entre elas estão: o reconhecimento pelo regime de competência dos créditos oriundo das receitas, da reavaliação patrimonial (bens móveis, imóveis e intangíveis); e o reconhecimento de ativos de infraestrutura.

5. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do país.

6. Uso de Julgamentos, Estimativa e Premissas Contábeis Significativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Autarquia fez uso de estimativas que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. Não foi observado o uso de julgamentos que tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis exceto pela avaliação feita dos bens móveis.

7. Políticas Contábeis

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04/05/2001, e suas alterações. A Lei Orçamentária Anual nº 12.483, de 29 de dezembro de 2016, publicada no Jornal Oficial do Município nº 3.160 de 30 de dezembro

de 2016, estimou as receitas e fixou as despesas para o exercício de 2017 e suas respectivas alterações. Os atos e fatos foram registrados dentro do regime de competência, das despesas legalmente empenhadas e as receitas pertencentes ao exercício financeiro. As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais.

Para efeito de comparabilidade, as demonstrações encerradas em 31 de dezembro de 2016 estão sendo ladeadas pelas demonstrações de 31 de dezembro de 2017.

8. Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

b) Créditos e Dívidas

Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original. Os direitos, as obrigações são ajustadas a valor presente.

c) Estoques

A Entidade possui estoque de urnas mortuárias e velas, uma vez que é a principal atividade da Autarquia de Serviços Funerários. Demonstramos, portanto, os saldos discriminados abaixo (*Item 11*).

d) Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, e mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição, produção ou construção.

e) Depreciação

A depreciação de bens adquiridos e postos em operação vem sendo realizada mensalmente de acordo com a tabela definida na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº. 162/1998 de 31 de dezembro de 1998 que aprovou a NBC T 16.9, Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, que traz definição de depreciação.

f) Precatórios

Os precatórios são requisições de pagamento emitidas pelo Poder Judiciário, determinando a importância que a Fazenda Pública (nas esferas federal, estadual e municipal) foi condenada a desembolsar, ou seja, a cobrança do resultado de uma ação que reconheceu a determinada pessoa física ou jurídica o direito constitucional de receber o crédito que o poder público lhe deve.

O pagamento será determinado e executado pelo Tribunal de Justiça, conforme determinado na Emenda Constitucional 94/2016 cuida de novo sistema de pagamento de precatórios. Segundo a nova regra, os precatórios a cargo dos estados, do Distrito Federal e de municípios pendentes até 25 de março de 2015 e aqueles a vencer até 31 de dezembro de 2020 poderão ser pagos até 2020, dentro de um regime especial.

A segregação dos precatórios por período (anterior e posterior a 05/05/2000) decorre da Resolução do Senado Federal nº. 40, de 21 de dezembro de 2001, que, em seu artigo 1º, §1º, inciso III, determinou que os precatórios judiciais emitidos a partir de 05/05/2000 e não pagos durante a execução do orçamento no qual foram incluídos fazem parte da dívida pública consolidada para fins de cumprimento dos limites de endividamento. Por meio do Decreto ou Lei Municipal nº213, de 04 de março de 2010, o Município optou pelo regime especial de pagamento dos seus precatórios na forma do inciso II, do § 1º do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), redação dada pela Emenda Constitucional nº 62/2009 (prazo de pagamento até 5 anos), incluídos os precatórios da administração direta e indireta. Nesse regime, constam os precatórios que se encontravam pendentes de pagamento e os que viessem a ser emitidos durante a sua vigência. Para o pagamento dos precatórios vencidos e a vencer será depositado, anualmente, em conta própria, o montante correspondente ao saldo dos precatórios devidos dividido pelo número de anos restantes no regime especial de pagamento, em parcelas mensais de 1/12 avos

Dos recursos depositados em conta própria para pagamento de precatórios judiciais, são ou serão utilizados:

- i. 50% (cinquenta por cento) para o pagamento de precatórios em ordem cronológica de apresentação, observadas as preferências definidas no § 1º do artigo 100 da Constituição Federal para os precatórios do mesmo ano, e no § 2º daquele mesmo artigo para os precatórios em geral;
- ii. 50% (cinquenta por cento) na forma que oportunamente vier ser estabelecida pelo Poder Executivo, em conformidade com o disposto no § 8º e seus incisos do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

g) Restos a pagar

Os restos a pagar não processados inscritos nos exercícios anteriores a 2016 e não liquidados até 31/12/2016 foram cancelados, com exceção daqueles referentes a despesas já ordenadas. Os restos a pagar processados, permanecem inscritos com o status no passivo com atributo "F" Financeiro.

h) Registro da Receita Orçamentária

A política contábil é apenas os registros das receitas orçamentárias da entidade, como órgão da administração indireta não sendo consolidado.

i) Distinção entre Circulante e Não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante, os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento dessas demonstrações contábeis. Os ingressos extra orçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso.

j) Apuração dos Custos dos Serviços Públicos

O Poder Executivo está desenvolvendo, pela Diretoria de Custos da Controladoria-Geral do Município, a instituição dos Custos Públicos incorridos de conformidade com o Decreto Municipal nº 728/2015, em todos os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta. Em 2016 as atividades foram voltadas para os processos de integração entre os subsistemas administrativos, tais como o Sistema de Gestão de Pessoas, Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal.

k) Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de competência, as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador.

**BALANÇO PATRIMONIAL
ATIVOS****9. Caixa e Equivalentes de Caixa**

ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	3.727.881,46	2.229.037,28
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.727.881,46	2.229.037,28
Caixa e Equivalente a Caixa em Moeda Nacional	3.727.881,46	2.229.037,28

Compreendem os saldos de depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. Essas aplicações estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e possuem liquidez imediata.

Os recursos financeiros são aplicados no mercado financeiro, conforme o disposto na legislação, a qual estabelece que as disponibilidades financeiras da administração pública municipal são aplicadas em instituições financeiras oficiais, que apresentem maior rentabilidade e segurança de retorno, respeitadas as cláusulas vigentes em contratos. Dessa forma, para a operacionalização dos registros contábeis das contas bancárias de movimento e das aplicações financeiras em contas de recursos livres e vinculados, mantendo na Unidade de Tesouraria o controle analítico das contas bancárias.

10. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Créditos Realizáveis a Curto Prazo	1.695.465,82	1.197.622,32
Créditos Tributário a Receber	348.060,92	25.851,45
Clientes	1.347.404,90	1.171.770,87
Créditos de Transferências a Receber	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária	0,00	0,00
Dívida Ativa Não Tributária	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,04	0,04
Adiantamentos Concedidos Pessoal e a Terceiros	0,00	0,00
Tributos a Recuperar / Compensar	0,00	0,00
Créditos por Danos ao Patrimônio	0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
Dívida Ativa Não Tributária - Demais Créditos	0,00	0,00
Outros Créditos a Receber e Valores a Receber	0,04	0,04
(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00	0,00

Referem-se a créditos oriundos de exercícios anteriores registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal relativos a direitos a receber de terceiros, sendo o crédito tributário a receber referente a taxa de manutenção anual e o de Clientes referente a prestação de serviços funerários.

11. Estoques

ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Estoques	1.146.630,31	1.972.008,97
Material para Revenda	1.146.630,31	1.972.008,97

12. Imobilizado

ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO NÃO CIRCULANTE	8.468.964,80	8.375.019,33
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Participações Permanentes	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento	0,00	0,00
Imobilizado	8.468.964,80	8.375.019,33
Bens Móveis	1.537.473,05	1.534.749,75
Bens Imóveis	7.027.172,55	6.828.569,58
(-) Depreciação, exaustão e amortização acumuladas	-107.380,80	0,00
Intangível	11.700,00	11.700,00
Marcas, direitos e patentes industriais	11.700,00	11.700,00

Tanto os Bens móveis quanto os Bens imóveis foram registrados pelo custo de aquisição e foram deduzidas as depreciações/amortizações acumuladas dos bens móveis. Tais depreciações/amortizações estão sendo implantados de forma gradual nos bens imóveis, dependendo de avaliação e de sistema apropriado em fase de desenvolvimento.

PASSIVOS**13. Passivo Circulante**

ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
PASSIVO CIRCULANTE	5.983,06	134.614,44
Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	0,00	0,00
Pessoal a pagar	0,00	0,00
Benefício Previdenciários a Pagar	0,00	0,00
Benefício Assistenciais a Pagar	0,00	0,00
Encargos Sociais a Pagar	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Empréstimos a Curto Prazo - Interno	0,00	0,00
Financiamentos a Curto Prazo - Interno	0,00	0,00
Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	5.983,06	134.614,44
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União Consolidado	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados Consolidado	0,00	0,00
Provisões de Curto Prazo	0,00	0,00
Provisões de Curto Prazo	0,00	0,00

Representam as obrigações de curto e longo prazo junto a fornecedores utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes de fornecimento de bens e prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone e todas as outras contas a pagar.

14. Demais Obrigações a Curto Prazo

ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Demais Obrigações a Curto Prazo	82.368,52	82.368,52
Valores Restituíveis	242,08	252,43
Outras Obrigações a Curto Prazo	8.614,65	0,00

Representam as obrigações da Autarquia junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores.

15. Passivo Não Circulante

ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	518.723,22	504.156,24
Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	518.723,22	504.156,240,00
Precatórios de Terceiros do Exercício	0,00	504.156,24
Precatórios de Terceiros do Exercícios Anteriores – A Partir de 05/02/2000	518.723,22	0,00
Encargos Sociais a Pagar	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos a Longo Prazo - Interno	0,00	0,00
Financiamentos a Longo Prazo - Interno	0,00	0,00
Obrigações Fiscais de Longo Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União Consolidado	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00

Precatórios de Terceiro do Exercício (Contas Transitórias)

Refere-se a Precatório de Pessoal a Pagar, acima discriminado do Grupo de Obrigações Trabalhistas e Assistenciais a Pagar, para transferência de saldo no próximo exercício, de conformidade com as alterações estabelecida no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público PCASP, para o próximo exercício.

Precatórios de Terceiros de Exercícios Anteriores A Partir de 05/05/2000

Decorrem das obrigações atualizadas dos valores de ofícios requisitórios de inscrições de precatórios registrados a partir de 05/05/2000.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO**16. Resultados**

ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Resultados Acumulados	14.505.379,42	13.134.664,83
Resultado do Exercício	1.361.544,52	1.514.134,41
Resultados de Exercícios Anteriores	13.143.834,90	12.511.779,69
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	-891.249,27
Lucros e Prejuízos acumulados	0,00	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.505.379,42	13.134.664,83

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Superávits e Déficits de Exercícios Anteriores

Refere-se ao saldo acumulado dos resultados de exercícios anteriores, alterados em função de ajustes que não possam ser atribuídos ao resultado do corrente exercício.

Ajustes de Exercícios Anteriores

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores foi movimentada em 2016, substancialmente, em função de: a) mudança de práticas contábeis, inclusive: reavaliação positiva ou negativa, conforme os procedimentos previstos quando se tratar da primeira avaliação do bem. A Diretoria de Contabilidade optou por seguir o padrão estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), vinculada ao Ministério da Fazenda, promovendo o lançamento da reavaliação inicial a conta de ajuste de exercícios anteriores. Visto que em 2017 tais procedimentos não foram necessários uma vez que o inventário já havia sido atualizado em 2016, não houve movimentação da conta.

CONTAS DE CONTROLES**17. Atos Potenciais**

Contas Contábeis	2017	2016
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00
Garantia e Contra garantias Recebidas	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	12.079.949,29	11.244.087,97
Obrigações Contratuais a Executar	12.079.949,29	11.244.087,97
TOTAL	12.079.949,29	11.244.087,97

Atos Potenciais Ativos

Não há.

Atos Potenciais Passivos

Obrigações Contratuais a Executar – O valor de R\$ 12.079.949,29 (doze milhões, setenta e nove mil e dezesseis reais e trinta e um centavos) refere-se à participação desta Autarquia, em conjunto com o Município, em diversos contratos firmados, todos devidamente precedidos de processos licitatórios, em conformidade com os ditames da Lei Federal 8.666/93.

NOTA 18 – O Município optou pela contratação do sistema de contabilidade terceirizada para toda a administração, tanto para a administração direta, assim como para as indiretas, com objetivo de atender a consolidação dos balanços, a qual se encontra perfeitamente atinada à legislação aplicada ao setor público e profissional, e estando assim regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade, no que tange a questão ética profissional. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pelos órgãos da administração, respondendo estes, pela veracidade, integralidade e procedência. Os gestores se encontram cientes de toda legislação aqui aplicável, especialmente ao tocante às responsabilidades quanto à documentação e procedimentos adotados. A responsabilidade do profissional contador que referenda estas demonstrações contábeis está limitada aos fatos efetivamente notificados pelos referidos órgãos da administração a este profissional.

BALANÇO FINANCEIRO**19. Considerações**

O Balanço Financeiro, segundo a NBC T 16.6, objetiva demonstrar todas as entradas e saídas de recursos financeiros seja de origem orçamentária ou extraorçamentária, bem como os saldos do início e do final do período. As receitas orçamentárias são apresentadas líquidas das deduções.

O Balanço Financeiro é estruturado de forma a evidenciar o resultado financeiro do período, a diferença entre o total dos ingressos financeiros e o total dos dispêndios financeiros tanto orçamentários como extraorçamentários. O resultado financeiro positivo indica que houve mais ingressos de recursos do que dispêndios, por simetria, o negativo indica que houve mais dispêndios. É importante que as demonstrações contábeis sejam avaliadas em conjunto, pois uma variação positiva na disponibilidade do período não é sinônimo, necessariamente, de bom desempenho da gestão financeira, uma vez que tal variação pode ter sido ocasionada por endividamento público.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**20. Considerações**

O Balanço Orçamentário, segundo a NBC T 16.6, evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e suas alterações como a execução, demonstrando o resultado orçamentário do exercício. O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

As características operacionais da Autarquia levam naturalmente à independência orçamentária em relação ao município, pois a autarquia tem exclusividade da prestação de serviços funerários no município, ou seja, gera receita própria.

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO PATRIMONIAL**21. Considerações**

O resultado patrimonial do exercício não é um indicador de desempenho da Autarquia, mas um medidor de quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas ou qualitativas dos elementos patrimoniais no respectivo período. Para administração pública é um indicador de gestão fiscal por isso, a evolução do Patrimônio Líquido é objeto de análise do anexo de metas fiscais integrantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme LC 101/00, art.4º parágrafo 2º, inciso III.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**22. Considerações**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, segundo a NBC T 16.6, permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

A DFC, foi elaborado pelo método direto e evidencia as movimentações havida no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos:

Das operações;
Dos investimentos;
Dos financiamentos.

A DFC foi elaborada com base na Instrução de Procedimentos Contábeis – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, denominada IPC 08.

A soma dos três fluxos deverá corresponder à diferença entre o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício em relação ao saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício anterior (IPC 08 item 18).

Por tratar-se de uma entidade da administração indireta, Autarquia Municipal, de atividade de prestação de serviços, a disponibilidade é composta por equivalente de caixa e realizáveis de atributos financeiros. O saldo de caixa e equivalentes de caixa são referentes as aplicações financeiras de alta liquidez e realizável de curto prazo.

Londrina, 31 de dezembro de 2017. Douglas Carvalho Pereira - Superintendente, Walmir Maireno Andreatto - Contador CRC PR 022.560/O-8, João Carlos Barbosa Perez - Controlador-Geral do Município.

CMTU - COMPANHIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E URBANIZAÇÃO

EXTRATOS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N.º 004/2017 - FUL

PROCESSO ADMINISTRATIVO: N.º 2013/2017- FUL

PREGÃO PRESENCIAL: 057/2017- FUL

PARTES: Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU LD, gestora do Fundo de Urbanização de Londrina e a empresa União Equipamentos Rodoviários Ltda - EPP.

OBJETO DO ADITIVO: prorrogação do contrato 004/2017-FUL, o qual tem por objeto a prestação de serviços mecânicos, manutenção preventiva e corretiva, incluindo fornecimento de peças originais indicadas por fabricantes de veículos e acessórios, para atendimento de veículos utilitários, camionetes e caminhões movidos a diesel da frota da CMTU-LD, pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de 31 de maio de 2018.

VALOR: O presente termo aditivo perfaz o montante de R\$ 138.800,00 (cento e trinta e oito mil e oitocentos reais), sendo R\$ 58.800,00 (cinquenta e oito mil e oitocentos reais) o valor estimado para a prestação de serviços e R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) o valor estimado para as despesas com substituição de peças.

DATA: Londrina, 11 de abril de 2018.

ASSINATURAS: CMTU-LD: Marcelo Baldassarre Cortez/ Diretor Presidente; Marcio Tokoshima / Diretor Administrativo Financeiro e União Equipamentos Rodoviários Ltda – EPP: Elizonete Fernandes Massei/Sócia Proprietária e Meire Angela Massei/Sócia Proprietária.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N.º 005/2016 - FUL

PROCESSO ADMINISTRATIVO: N.º 1411/2016- FUL

PREGÃO PRESENCIAL: 062/2016- FUL

PARTES: Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU LD, gestora do Fundo de Urbanização de Londrina e a empresa União Equipamentos Rodoviários Ltda - EPP.

OBJETO DO ADITIVO: prorrogação do contrato 005/2016-FUL, o qual tem por objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva especializada, incluindo o fornecimento de peças, acessórios e mão-de-obra, para a pá carregadeira Case W18 e Trator Agrícola, manutenção de Munk, equipamentos hidráulicos e mangueiras de alta pressão, caçamba basculante e serviços de torno em geral nas máquinas e equipamentos das Diretorias de Trânsito, Operações e Transportes da CMTU-LD, pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de 20 de maio de 2018.

VALOR: O presente termo aditivo perfaz o montante de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), sendo R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) o valor estimado para a prestação de serviços e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) o valor estimado para as despesas com substituição de peças.

DATA: Londrina, 20 de março de 2018.

ASSINATURAS: CMTU-LD: Moacir Norberto Sgarioni/ Diretor Presidente; Marcio Tokoshima / Diretor Administrativo Financeiro e União Equipamentos Rodoviários Ltda – EPP: Elizonete Fernandes Massei/Sócia Proprietária e Meire Angela Massei/Sócia Proprietária.